

escola **i**nformação

N.º 312 | SET./OUT. 2025 | MENSAL | 0,50€

SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA



CADERNO:
ESCOLA PÚBLICA SOB ATAQUE
Pág. 4

DIA MUNDIAL
DO PROFESSOR
Pág. 18

CONTRA
O PACOTE LABORAL
Pág. 25

sumário

4

caderno

- Escola Pública sob ataque | **p. 4**
Agravamento e ausência de medidas estruturais exigem «Valorização, já!» | **p. 5**
Retrato da crise docente | **p. 7**
Que respostas para os alunos com deficiência e/ou necessidades específicas? | **p. 8**
Sobrecarga e desregulação dos horários continuam | **p. 9**
O exemplo da rede pública de creches, a situação na Educação Pré-Escolar | **p. 10**
Objetivos de uma implosão do MECI às “escondidas” e de férias! | **p. 11**
Rede de Bibliotecas Escolares e Plano Nacional de Leitura: que futuro? | **p. 12**
Fim da FCT? Opção tomada sem auscultar a comunidade científica e sindicatos | **p. 13**
Menos alunos, mais propinas | **p. 13**
A Cidadania e as velhas ideologias | **p. 14**
Carta Aberta ao Ministro da Educação, Ciência e Inovação | **p. 15**

16

escola em movimento

- Docentes do EPC, IPSS e Misericórdias | **p. 16**
Negociação Coletiva com a UMP (Misericórdias) | **p. 16**
Novo Contrato Coletivo de Trabalho para os docentes das IPSS | **p. 16**
Professores contratados e desempregados | **p. 17**
Condições de abertura do ano letivo | **p. 17**
Intervenção do SPGL sobre o calendário escolar em Sintra | **p. 17**
SPGL reúne na SCML sobre a ESSAlcoitão | **p. 17**
Dia Mundial do Professor | **p. 18**
Relação Professor-Aluno a Património da Humanidade! | **p. 21**
25 de Abril em cartas dos avós para os netos | **p. 22**

24

cidadania

- A voz a quem entra | **p. 24**
O plano inclinado do Governo | **p. 25**
Jornada Nacional de Luta Contra o Pacote Laboral | **p. 26**
Perguntas com resposta | **p. 28**
Legislação | **p. 28**
Consultório jurídico | **p. 29**

30

breves

- Vários | **p. 30**
Espaço ABC | **p. 33**
Sugestões | **p. 34**
Pré-aviso de greve nacional | **p. 35**



Cumprir o DIREITO À EDUCAÇÃO

Comemorações dos 50 anos
da Constituição da
República Portuguesa (1976)



sindicaliza-te

SPGL tantos anos como ABRIL



ficha técnica

Diretor José Feliciano Costa | **Chefe de Redação** Manuel Guerra
Conselho de Redação Anabela Tavares, Dulce Arrojado, Paula Rodrigues, Jorge Humberto, Pedro Nunes, André Levy, António Avelãs, Sara Covas
Composição Fátima Caria **Jornalistas** Lígia Calapez, Sofia Vilarigues **Paginação e Grafismo** Dora Petinha
Capa: D.I.P. **Fotografia** Joana Rodrigues **Revisão** Lígia Calapez
Impressão Multiponto, S.A. **Edição e Propriedade** Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, Rua Fialho de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa **NIPC** 501057528 **Periodicidade** Mensal **Tiragem** 15.500
Depósito legal 9157/85 **ICS** 109893

Capa | Concentração / Desfile do Dia Mundial do Professor (FENPROF), Lisboa, 4 de outubro de 2025



Falta de professores: sucessivo adiamento da revisão do ECD comprova que o objetivo não é resolver o problema

Mais um ano letivo que começou, infelizmente sob um céu carregado de nuvens negras. E não se trata apenas de uma metáfora: os mesmos problemas de sempre persistem, agravando-se de ano para ano, fruto da ausência de vontade política e da falta de respostas concretas para os resolver.

A falta de professores é um dos maiores sinais de crise no sistema educativo. Todos os números conhecidos oficialmente, comparando com anos anteriores e contabilizando o número de horários e de horas pedidos para contratação de escola, ou seja, o número de horários que ficaram por preencher, tanto na contratação inicial como na reserva de recrutamento, indicavam um quadro mais agravado por comparação com o ano letivo anterior, com a agravante de existirem menos docentes disponíveis para colmatar estas faltas.

O ministro contradizia-se nas declarações públicas. Primeiro, tentou negar a realidade, desmentindo os próprios dados oficiais; depois, acabou por reconhecer que o problema existia, ainda

que o minimizando com o argumento de que o importante são os sumários, ou seja, desde que se sumarie qualquer coisa é menos uma aula que fica por dar.

Os planos apresentados para enfrentar este problema estrutural revelam “vistas curtas”. O sucessivo adiamento da revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD) — peça fundamental para a valorização da profissão —, agora reconfirmado em reunião recente para finais de 2027, comprova que o objetivo não é mesmo resolver o problema.

O SPGL vai realizar, ao longo deste mês de outubro, plenários sindicais em várias escolas e agrupamentos, com o objetivo de informar e mobilizar os professores.

É tempo de mobilização, de unidade e de participação ativa em defesa da Escola Pública!

A tua presença faz a diferença.

Participa! ●



Escola Pública sob ataque

Vivemos um momento decisivo. Por razões financeiras e ideológicas, o atual governo parece usar o setor da educação como um balão de ensaio para um plano que compromete seriamente o futuro da profissão docente e da Escola Pública.

O agravamento da falta de professores em diferentes ciclos de ensino e das condições de trabalho, as crianças e os jovens com necessidades específicas sem respostas adequadas, o desmantelamento dos serviços do MECI com a criação de uma agência que escancara a porta à privatização da educação, o menor número de alunos no Ensino Superior e o aumento das propinas, bem como o investimento no setor privado em detrimento da Escola Pública, são alguns exemplos da ação premeditada que o atual Governo e o Ministério levam a cabo.

A tudo isto acresce a intenção do Governo PSD/CDS-PP de aplicar mais de 100 alterações às leis do trabalho (o designado Pacote Laboral), que, a concretizar-se, constituiria uma alteração profunda em desfavor dos trabalhadores.

Face ao estado das coisas, professores, educadores e investigadores têm de ser os principais protagonistas, através de uma participação ativa e consciente em plenários e ações de luta, demonstrando unidade e determinação em defesa de uma carreira docente digna e de uma escola pública de qualidade. ●



Falta de Professores

Agravamento e ausência de medidas estruturais exigem «Valorização, já! »



José Feliciano Costa | Presidente SPGL

Em Portugal, em finais dos anos 70 e durante a década de 80, a falta de professores também se fez sentir. Contudo, tratava-se de um fenómeno com características próprias, ligadas ao contexto político, social e educativo do país após a Revolução de Abril de 1974.

A Revolução trouxe reformas profundas, entre as quais o alargamento da escolaridade obrigatória e o acesso universal à educação. Esse processo provocou um rápido aumento do número de alunos nas escolas, sobretudo no ensino básico, criando uma necessidade urgente de professores. O sistema

Falta de professores: processo de desinvestimento sistemático na educação e na ciência, com consequências profundas a vários níveis — em especial na desvalorização da carreira docente

educativo, porém, não estava preparado para responder a essa procura. Muitos docentes ingressaram nas escolas sem formação pedagógica adequada — os chamados «provisórios» ou «contratados». A luta do movimento sindical, com forte envolvimento do SPGL (anterior à formação da FENPROF, que surgiu em 1983), centrou-se na necessidade de dotar a profissionalização docente de um modelo ajustado às múltiplas funções que a nova escola e a nova sociedade exigiam.

Hoje, o contexto e as causas da falta de professores são bem diferentes. Resultam de um claro processo de desinvestimento sistemático na educação e na ciência, com consequências profundas a vários

níveis — em especial na desvalorização da carreira docente. Esse desinvestimento tem conduzido, ao longo dos anos, ao abandono sucessivo de milhares de professores qualificados e à crescente dificuldade em atrair jovens para a profissão.

O congelamento do tempo de serviço (entre 2005 e 2017, com variações conforme os governos) travou a progressão na carreira. Durante anos, não houve aumentos salariais reais, levando a uma perda significativa do poder de compra dos docentes. A isto somam-se as colocações longe de casa, o peso das despesas com deslocações e alojamento, a instabilidade dos contratos temporários, a rotação anual de escolas e a sobrecarga de trabalho e burocracia. Os resultados estão à vista: neste ano letivo, milhares de alunos iniciaram as aulas com, pelo menos, um professor em falta — uma situação particularmente grave em todos os ciclos de ensino, mas que assume maior impacto no 1.º CEB e na Educação Pré-Escolar, etapas determinantes para o sucesso do processo de ensino-aprendizagem e para todo o percurso escolar dos alunos.

Este cenário tem vindo a agravar-se de ano para ano e tende a piorar, já que as projeções apontam para cerca de 4 000 aposentações de professores por ano nas próximas duas décadas e meia. Pouco ou nada tem sido feito para inverter esta situação. O Ministério da Educação continua a apresentar «planos de sucesso» de ambição limitada, que se traduzem sobretudo no aumento do número de horas extraordinárias atribuídas aos docentes, na contratação de professores com habilitação própria e, cada vez mais, no recurso a pessoas sem qualquer qualificação docente, contratadas como «técnicos especializados».

Este cenário tem vindo a agravar-se de ano para ano e tende a piorar, já que as projeções apontam para cerca de 4 000 aposentações de professores por ano nas próximas duas décadas e meia

O verdadeiro combate a este problema exige medidas estruturais que devolvam atratividade à profissão e à carreira docente. Entre essas medidas devem constar:



- a eliminação da precariedade;
- a regulamentação de horários e condições de trabalho justas;
- a recuperação integral do tempo de serviço;
- o fim das vagas de acesso aos 5.º e 7.º escalões;
- a criação de um regime de aposentação adequado às especificidades da profissão.

Só assim será possível recuperar os muitos docentes que abandonaram o ensino e atrair novas gerações para a docência. Tal exige um efetivo processo de revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD), que o atual governo parece querer adiar indefinidamente — o que torna indispensável o envolvimento ativo de todos os professores neste processo.

Vivemos um momento decisivo. Por razões financeiras e/ou ideológicas, o atual governo parece usar o setor da educação como um balão de ensaio para um plano que compromete seriamente o futuro da

O MECI continua a apresentar «planos de sucesso» de ambição limitada, que se traduzem sobretudo no aumento do número de horas extraordinárias

Escola Pública e da profissão docente.

Os professores têm de ser os principais protagonistas na defesa dos seus direitos, através de uma participação ativa e consciente em plenários e debates, demonstrando unidade e determinação na luta por uma escola pública de qualidade e por uma carreira docente digna. ●

Falta de professores / 1.º CEB

Retrato da crise docente



Cátia Domingues | Vice-Presidente SPGL

O arranque do ano letivo de 2025/2026 volta a expor, de forma gritante, a falta de professores no 1.º ciclo do ensino básico. Em muitos agrupamentos, dezenas de turmas continuam sem professor titular, situação que impede centenas de crianças de iniciar as aulas com normalidade. A solução encontrada por algumas escolas tem sido recorrer a docentes não profissionalizados, uma resposta precária e inaceitável para um nível de ensino que constitui a base de todas as aprendizagens.

A realidade mostra também uma tendência preocupante: a fuga de professores do 1.º ciclo para outros grupos de recrutamento. Mal surge oportunidade, muitos docentes optam por lecionar em áreas que lhes oferecem melhores perspetivas, menos sobrecarga burocrática e condições de traba-

lho menos desgastantes. No 1.º ciclo acumulam-se responsabilidades: turmas sobrelotadas, um único professor acompanha a turma a todas as disciplinas, é responsável pela relação direta com as famílias e ainda absorve uma pesada carga administrativa. Tudo isto com horários longos, baixos salários e sem a valorização profissional que se exige.

Perante este quadro, não basta improvisar soluções de emergência. A resposta exige valorização efetiva da carreira docente, melhoria das condições de trabalho e investimento público, para garantir que cada turma tem um professor estável, profissionalizado e reconhecido. A escola pública só será justa e inclusiva se todas as crianças tiverem direito a um professor. ●



Falta de Professores / Inclusão

Que respostas para os alunos com deficiência e/ou necessidades específicas?

Secretariado Nacional da FENPROF

Num ano letivo em que a falta de professores aumenta, tanto em número como em extensão geográfica, os alunos com necessidades específicas são os mais penalizados pela ausência de recursos adequados. Entre estes, a situação dos alunos autistas é particularmente preocupante, tendo em conta as suas características e as exigências específicas de acompanhamento e apoio que lhes devem ser garantidos.

A Constituição da República Portuguesa consagra o direito de todas as crianças e jovens à educação. Esse direito não se limita ao acesso à escola: implica garantir condições para o bem-estar e o sucesso educativo de todos os alunos, incluindo as crianças e jovens com deficiência e/ou necessidades específicas.

A falta de formação contínua e especializada para que os docentes possam trabalhar adequadamente com cada um destes alunos continua a ser um dos grandes desafios da inclusão.

No entanto, a boa vontade dos professores, e até mesmo a formação, não são suficientes para garantir uma educação de qualidade. São necessários mais docentes, mais assistentes operacionais,

mais psicólogos, mais terapeutas, assim como mais recursos materiais e físicos que permitam dar respostas adequadas às características individuais de cada aluno.

Para as famílias, a principal preocupação é inequívoca: garantir o bem-estar dos seus filhos, promover a aquisição de competências essenciais e assegurar que o seu direito a uma educação verdadeiramente inclusiva seja plenamente respeitado. A inclusão escolar, e consequentemente social, exige que o lugar destes alunos seja junto dos seus pares e que a sua inclusão seja efetivamente garantida nas escolas públicas, em condições que lhes garantam oportunidades iguais e dignas.

Uma sociedade que não é inclusiva, que não cuida de todos os seus cidadãos, não pode ser considerada uma sociedade democrática e desenvolvida. Por todas estas razões, a FENPROF reivindica, há já muitos anos, melhores condições para docentes e alunos nas escolas públicas portuguesas. Apenas condições dignas e valorizadas poderão assegurar a qualidade da educação a que todas as crianças e jovens têm direito. ●

Falta de Professores / Desgaste dos Professores

Sobrecarga e desregulação dos horários continuam



António Anes | Vice-Presidente SPGL

Inicia-se um novo ano letivo, mas mantêm-se os velhos problemas relacionados com a sobrecarga dos docentes. A desregulação dos horários de trabalho, mantendo as ilegalidades na sua construção, contribuem para uma das principais causas do desgaste dos professores transtornando qualquer conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar. À imprevisibilidade do seu horário em cada início do ano letivo, têm as escolas acrescentado problemas revestidos de ilegalidades e que o MECI coniventemente não põe cobro, antes pelo contrário:

- horas na componente não letiva como o apoio a mais de que um aluno e as coadjuvações, que o ECD determina como letivas (entendimento aliás da DGHAe expresso na nota Informativa n.º 23/2025 de 29 julho);
- reuniões regulares inscritas na componente individual que deveriam estar na componente não letiva de estabelecimento;
- mil e uma tarefas burocráticas que, sobrecarregando os professores, provocam uma menor disponibilidade para a concentração no seu papel principal – ensinar;
- encharcamento dos horários com horas extraordinárias de aceitação obrigatória...

Constituem exemplos claros duma injustificável sobrecarga do trabalho docente que, anos a fio, as escolas e as várias equipas ministeriais da educação teimam em não resolver.

Esta situação contribui também para a falta de atratividade da carreira docente provocando o seu abandono e, infelizmente, agravar o já penoso momento da falta de professores.

A teimosia neste comportamento deveria ser castigada. O SPGL e a FENPROF, conjuntamente com os professores, continuarão a denunciar esta



Pré-Avisos / Mais informações



situação exigindo que as escolas e o MECI a invertam, pois tal contribui para denegrir a imagem da Escola Pública que importa preservar.

Bem pode o MECI declarar que quer resolver o problema da falta de professores mas, se não der passos significativos na atratividade da carreira docente, seja na sua valorização seja na melhoria das condições de trabalho construindo horários legais e com maior previsibilidade, que permitam aos professores planear e conciliar com tempo a sua vida profissional e familiar, nunca terá sucesso. Infelizmente cada ano perdido constitui um constrangimento na construção da Escola Pública que os portugueses merecem. ●

Escola Pública vs. Financiamento do ensino privado

O exemplo da rede pública de creches, a situação na Educação Pré-Escolar



Catarina Teixeira | Dirigente SPGL

Todos os anos, milhares de famílias portuguesas enfrentam a mesma dificuldade: garantir um lugar para os filhos numa creche ou jardim-de-infância público. Apesar das promessas de universalidade, a realidade continua distante. De acordo com a Carta Social de 2023, a taxa de cobertura das creches é de apenas 55%, e, na educação pré-escolar, a rede pública responde por pouco mais de metade das vagas existentes. Perante esta carência, as soluções encontradas têm sido paliativas. O anterior Governo PS, em vez de investir na criação da rede pública de creches, optou por aumentar o número de crianças por sala e permitir o funcionamento alargado das creches, incluindo períodos noturnos e fins-de-semana. Medidas que comprometem a qualidade pedagógica e transforma a educação de infância numa mera prestação de serviço assistencial. Um cenário, que se agrava ano após ano, fruto do desinvestimento na Educação Pública dos sucessivos Governos. O programa do Governo PSD/CDS, que não foi rejeitado por PS, IL ou CH, mantém as mesmas opções políticas: reforça o programa Creche Feliz e canaliza milhões de euros para contratos e apoios ao setor privado e social — mais de 42,5 milhões entre 2025 e 2028, só na educação pré-escolar. A criação do novo Instituto de Educação, Qualidade e Avaliação, I. P., que substitui a DGE, entre outras entidades, e assume competências pedagógicas para a educação dos 0 aos 6 anos, não tem impacto estrutural

Exige-se ao Governo que invista na criação de uma rede pública de creches, integrada no sistema educativo, e no alargamento da rede pública da educação pré-escolar, que garanta que nenhuma criança fique sem resposta na Escola Pública

na criação de uma rede pública de creches, deixando sem resposta crianças e famílias.

É necessário assegurar as vagas na rede pública para todas as crianças destas faixas etárias e, por isso, exige-se ao Governo que invista na criação de uma rede pública de creches, integrada no sistema educativo, e no alargamento da rede pública da educação pré-escolar, que garanta que nenhuma criança fique sem resposta na Escola Pública, assegure rácios equilibrados, respeite a individualidade e promova a qualidade educativa. Só assim se cumpre o verdadeiro direito das crianças a uma educação gratuita, inclusiva e de qualidade.●



Desmantelamento MECI

Objetivos de uma implosão do MECI às “escondidas” e de férias!



Jorge Gonçalves | Vice-Presidente SPGL

Em período de férias e sem discussão por parte da comunidade educativa, incluindo organizações representativas dos trabalhadores, eis que a designada “Reforma do Estado” começa pelo Ministério da Educação, Ciência e Inovação. Entre fusões e extinções de diversas estruturas, nomeadamente de Direções-Gerais, o diploma reduz de dezoito para sete as entidades que passarão a gerir o ensino superior e o ensino não superior. Em linha com a redefinição do papel do MECI como “mero regulador” do funcionamento das escolas, através da delegação de responsabilidades de gestão a entidades locais e regionais, a par com a promoção do investimento público no ensino privado.

Nasce, entre outras, a Agência para a Gestão do Sistema Educativo (AGSE), com o estatuto de instituto público. Com um regime especial, autonomia administrativa e financeira, com património próprio e integrada na administração indireta do Estado. Ou seja, com o argumento de permitir uma maior autonomia e flexibilização na execução das suas funções, abre a possibilidade de concessão de competências e alienação de património.

Ao mesmo tempo, no processo de desresponsabilização do MECI, as CCDR (com um novo vice-presidente para a Educação) passam a assumir a execução e monitorização das políticas educativas

de âmbito regional, a participação no planeamento da rede escolar e oferta formativa, a gestão e acompanhamento da requalificação, modernização e conservação da rede escolar, o acompanhamento e apoio na organização e funcionamento das escolas, bem como na gestão dos respetivos recursos humanos (concursos) e materiais. Aprofunda-se assim o desinvestimento nos serviços públicos e a desvalorização dos trabalhadores.

Esta implosão do MECI, a par do objetivo de revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo, facilita o aprofundamento da privatização. Este retrocesso exige uma firme resposta, na defesa intransigente do papel do Estado na garantia das suas funções sociais, nomeadamente do direito constitucional no acesso e sucesso educativo.

O SPGL e a FENPROF reafirmaram por isso que a Educação não pode ser reduzida a um problema de gestão de recursos humanos e financeiros e que as reformas estruturais no setor só podem ser construídas com diálogo efetivo com professores, investigadores, estudantes e famílias. O futuro da Escola Pública exige valorização da profissão docente, reforço dos investimentos por via do orçamento de estado, defesa de currículos integradores e promoção de uma educação plena, humanista, inclusiva e democrática.●

Desmantelamento MECI

Rede de Bibliotecas Escolares e Plano Nacional de Leitura: que futuro?



Paula Rodrigues | Dirigente SPGL

O Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) procedeu à reestruturação e extinção de várias estruturas e organismos, conforme estipulado no Decreto-Lei n.º 105/2025, de 12 de setembro, que permitiu a criação do Instituto de Educação, Qualidade e Avaliação, I. P., o EduQA, I.P., que, entre outros, passou a integrar o Gabinete Coordenador da Rede de Bibliotecas Escolares (RBE) e a Estrutura de Missão do Plano Nacional de Leitura (PNL), ambos extintos.

Com décadas de trabalho no terreno, **desde 1996, a RBE** instalou e desenvolveu bibliotecas em escolas públicas do 1.º ciclo (1997-2000) e dos demais ciclos de ensino (2000 e 2010). Criou a função de professor bibliotecário, incentivou a leitura digital, literacia da informação e mediática, proporcionando à comunidade escolar recursos e aprendizagens relacionados com a leitura, a informação e conhecimento, em suporte analógico, eletrónico ou digital. Apoiou a formação de professores bibliotecários, projetos colaborativos entre escolas e a promoção de literacia de informação e mediática.

Lançado em 2006, o PNL visou elevar os níveis de literacia dos alunos e da comunidade educativa. Começou com o incentivo à leitura em escolas e famílias, evoluindo para projetos como clubes de leitura, concursos, listas de livros recomendados e parcerias com municípios e bibliotecas públicas. O PNL2027 passou a abranger a literacia digital, científica e mediática, envolvendo agentes como escolas, famílias, municípios e meios de comunicação. Ambos os organismos foram determinantes no apoio às escolas, na disponibilização de recursos

e dinamização de projetos, envolvendo toda a comunidade educativa. A sua extinção é, porém, justificada com motivos de eficiência administrativa, com a redução do número de entidades, da redundância e sobreposição de funções e a consequente diminuição de despesa.

Mais de 90 professores cujas funções no Ministério não foram consideradas “estritamente necessárias” regressaram às escolas, o que foi amplamente anunciado na comunicação social, não obstante o seu impacto residual em todas as escolas.

Acresce que a reestruturação dos serviços foi anunciada sem amplo diálogo com os setores envolvidos e levanta incertezas quanto à continuidade e articulação de programas de leitura e das bibliotecas escolares. Note-se que, um mês após o início do ano letivo, as escolas desconhecem o impacto desta extinção nas atividades e projetos escolares. Inclusivamente, os Planos Anuais de Atividades e os Planos Curriculares de Turma estão a ser construídos, desconhecendo-se os recursos disponíveis, projetos e atividades. Desconhece-se o que acontecerá às escolas ainda não integradas na RBE.

Urge que a RBE e o PNL sejam devidamente valorizados, mantenham a sua identidade e a autonomia financeira, sejam dotados de recursos humanos e materiais necessários para continuarem a desempenhar o seu papel transformador na educação e na cultura em Portugal. ●

Artigo completo



Ensino Superior e Investigação

Fim da FCT? Opção tomada sem auscultar a comunidade científica e sindicatos



André Levy | Dirigente SPGL

O Ministério da Educação Ciência e Inovação (MECI) anunciou uma "reforma" orgânica onde prevê a extinção da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), fundindo-a com a Agência Nacional de Inovação (ANI) para criar a nova Agência para a Investigação e Inovação (AI2), claramente subordinando a investigação fundamental a critérios de aplicabilidade imediata.

Esta opção foi tomada sem auscultar a comunidade científica e sindicatos representativos dos trabalhadores científicos, sem promover um debate público, e contrariando os resultados de um estudo en-

comendado pela própria FCT, em 2023, que não apontava para a extinção da FCT. Havendo uma opinião generalizada sobre o mau funcionamento da FCT, as soluções apontadas passavam por um reforço do financiamento público e melhoria de funcionamento, nomeadamente garantindo um melhor atendimento e cumprindo um calendário de concursos regular.

Igualmente grave, é o anúncio de que a nova agência assumirá a forma de sociedade anónima, com riscos sérios para a missão pública da ciência e o escrutínio democrático da sua gestão.●

Ensino Superior e Investigação

Menos alunos, mais propinas

O número de candidaturas e colocações no ensino superior (ES) baixou este ano: após a 3.^a fase de candidaturas, foram apenas colocados 45.290 estudantes, correspondendo a um decréscimo de 5 mil estudantes face ao ano passado. A taxa de ocupação de vagas nos politécnicos foi de apenas 67,7%. Esta redução ocorre quando aumenta o número de estudantes que concluem o Ensino Secundário.

As dificuldades económicas das famílias, face aos custos de frequentar o ES, incluindo o custo das propinas e taxas, assim como o elevado preço do

alojamento, são elementos relevantes para compreender esta redução, sendo esclarecedor que haja também uma redução significativo de estudantes que beneficiam do escalão A da Ação Social Escolar. Neste contexto, o Governo decidiu descongelar o valor máximo das propinas em 2026/27, passando de 697€ para 710€, sugerindo a Secretária de Estado para o ES, Cláudia Sarrico, que os estudantes devem contrair um empréstimo bancário. Promove-se assim um maior elitismo e transfere-se o ónus do financiamento do ES do Estado para os estudantes e suas famílias.●



Cidadania e Desenvolvimento / Aprendizagens Essenciais

A Cidadania e as velhas ideologias



Joaquim Carvalho | Dirigente SPGL

Acudindo ao repto governamental da necessidade de quebrar as «amarras ideológicas» e acabar com a «ideologia de género» a que se prestava a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, o ministro Fernando Alexandre adere a um verdadeiro factóide político, curvando-se perante uma agenda que o posiciona algures entre o obscurantismo e o negacionismo. O pretexto era o de proteger os alunos de “temas complexos”. A tutela conseguia, de uma assentada só, descredibilizar toda uma disciplina e, uma vez mais, lançar o manto da suspeição sobre os professores.

Estamos, pois, perante um governo que cede a quem ignora que a Educação Sexual vai muito além da reprodução biológica. É ensinar a respeitar o próprio corpo e o do outro, a decifrar os sinais contraditórios da adolescência, a reconhecer limites e compreender que o silêncio não é consentimento. É, por exemplo, dar às crianças ferramentas para pedirem ajuda. É prevenir a homofobia e combater a violência sexual e de género. Ignorar isto é empurrar uma geração para a educação do TikTok. A quem tutela

a educação em Portugal, exige-se mais responsabilidade.

No balanço final desta história, cremos que há algo de mais profundo e que merece a nossa denúncia. A necessidade de “libertar a disciplina de amarras ideológicas” é, na verdade, o engodo ideológico. A verdadeira estratégia está em aproveitar tudo que sirva para desviar as atenções da verdadeira tragédia em curso no ensino em Portugal: a exasperante falta de professores que coloca em causa as aprendizagens de milhares de crianças, hipotecando o seu futuro, condenando muitos ao ciclo perpétuo da pobreza e exclusão social.

O SPGL, como sempre, está ao lado dos professores e empenhado na defesa de uma escola pública democrática, solidária e feita para todos. Defender a liberdade de ensinar é assegurar o futuro dos alunos, é preservar a nossa dignidade coletiva. Uma dignidade que não sucumbe ao populismo, aos alarmismos artificiais ou à demagogia. A sociedade que queremos construir nasce da coragem de formar valores e, cada vez mais, da determinação em defendê-los.●

Carta Aberta ao Ministro da Educação, Ciência e Inovação

Secretariado Nacional da FENPROF

A FENPROF não pode deixar de lamentar que, no momento em que nos aproximamos do 50.º aniversário da aprovação da Constituição da República Portuguesa (CRP), o responsável pelo Ministério da Educação, Ciência e Inovação desvalorize o direito à manifestação previsto no respetivo art.º 45.º e desvalorize, também, a importância fundamental de que o exercício de tal direito se reveste para o progresso da sociedade, para a democracia e, no caso em apreço, para a defesa da condição docente perante governos que a têm atacado. Tal assume maior gravidade quando a desvalorização – que atinge diretamente os professores e educadores, a quem não têm faltado fortes razões para se manifestarem – acontece pela boca do ministro, perante uma plateia repleta de crianças e jovens, a quem deveria ser transmitido o valor da democracia e dos direitos que a sustentam.

Senhor ministro,

As lutas dos professores sempre tiveram como objetivo o progresso: melhores condições de vida e de trabalho, valorização social e material da profissão, estabilidade, reforço do investimento na Educação e concretização de uma escola pública democrática, de qualidade, inclusiva e para todos. Muitos têm sido os governos que se guiaram por outros objetivos e que, por certo, não apreciaram a contestação que isso provocou.

Mesmo quando era proibido e até muito perigoso fazê-lo, em tempos de ditadura e fascismo, muitos professores e educadores arriscaram lutar e nunca por isso perderam a sua «aura» ou diminuíram a sua condição profissional e de cidadania. Antes a reforçaram, através da coragem com que enfrentaram a precariedade, a ausência de direitos e as injustiças de um sistema que os explorava e desconsiderava.

Recorde-se o exemplo dos Grupos de Estudo do Pessoal Docente, embrião dos sindicatos progressistas que nasceram com Abril.

Não obstante isso não ter agradado ao poder, a luta dos professores, incluindo as manifestações que se tornaram direito e expressão da democracia, foi sempre determinante para a conquista de legítimos direitos, a resolução de problemas e a melhoria da condição docente.

Senhor ministro,

Entende a FENPROF que, em vez de se deter em considerações sobre a «aura» dos professores, deveria antes reconhecer que a prolongada ausência de soluções estruturais, há muito exigidas, é que continua a impedir a valorização da profissão e da condição docente e a agravar problemas centrais que a educação enfrenta, como a crescente falta de professores.

A FENPROF não pode deixar de assinalar, ainda, que as impróprias declarações do titular da pasta feitas perante uma plateia de jovens em formação são proferidas por alguém que integra um governo que já confirmou a intenção de atacar outros direitos fundamentais em democracia, como seja o exercício do direito à greve que a CRP também consagra.

Entenderá o senhor ministro e o seu governo que o silêncio, a mera aceitação e a submissão são a garantia de uma «aura» de virtudes? Os professores e educadores certamente não partilham dessa visão.

A FENPROF reafirma que os professores não abdicam da sua dignidade, da sua autoridade, nem do seu direito à luta. E continuarão a educar pelo exemplo, opondo-se a arbitrariedades e injustiças, em defesa da profissão, dos alunos e da Escola Pública democrática que Abril conquistou. ●

Docentes do EPC, IPSS e Misericórdias

No dia 12 de setembro, a FENPROF realizou um Plenário Nacional online destinado aos docentes do EPC, IPSS e Misericórdias, sobre a proposta de reforma laboral do Governo, designada “Trabalho XXI”.

Sob o tema “A reforma da legislação laboral proposta pelo Governo AD: quais as implicações no ensino privado?” e tendo como ponto de partida um documento da CGTP, o advogado da CGTP e especialista em Direito do Trabalho, Hugo Dionísio, analisou as alterações previstas ao Código do Trabalho que poderão ter mais impacto nos docentes do ensino privado, destacando-se: a duração dos contratos a termo, o banco de horas, cessação dos contratos de trabalho, aplicação de convenções coletivas, princípio de filiação sindical, liberdade sindical e aplicação de serviços mínimos em greves.

Esta iniciativa permitiu ainda alertar os docentes acerca da agenda do Governo, em claro benefício dos empregadores, reduzindo direitos dos trabalhadores e enfraquecendo o papel dos sindicatos. ●

Negociação Coletiva com a UMP (Misericórdias)

No passado mês de agosto, foi possível concluir a primeira fase de um novo acordo de revisão do Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) com a UMP, para os docentes das Misericórdias.

Neste acordo há a destacar a atualização dos níveis da tabela salarial em 3,57 %, o aumento do subsídio de refeição para 5,10 € e, também, da retribuição mensal para o exercício de funções de direção e/ou coordenação técnica ou pedagógica.

Esta revisão tem efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2025, aguardando-se a sua publicação em BTE. ●

Novo Contrato Coletivo de Trabalho para os docentes das IPSS



Pedro Nunes | Dirigente SPGL

Foi publicado, no passado dia 8 de setembro, o novo Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) para os docentes das IPSS, celebrado entre a CNIS e a FENPROF. Como destaque, salienta-se: alteração do Nível 5 para o Nível 4 da Tabela B-4 do limite de progressão remuneratória dos educadores de infância; aumento salarial dos níveis de ingresso na carreira em 4,5% e de 2,5% nos restantes níveis das Tabelas B-1, B-2 e B-4; eliminação da Tabela B-5; aumento do subsídio de refeição para 5€; aumento de 25€ para as funções de direção ou de coordenação técnica ou pedagógica; e direito a faltar justificadamente, sem perda de remuneração, no dia do aniversário de trabalhador.

As novas tabelas salariais e o subsídio de refeição constantes neste CCT pro-

duzem efeitos a 1 de janeiro de 2025. Embora tenha sido possível desbloquear um nível da carreira dos educadores de infância em creche, a FENPROF continua a considerar inaceitável e discriminatória a posição da CNIS, que insiste em tratar de forma desigual estes profissionais face aos colegas que exercem na valência de pré-escolar e, por isso, irá propor novamente a eliminação desta norma do CCT na próxima negociação.

A FENPROF mantém assim a sua determinação na melhoria das condições de trabalho e na valorização profissional dos docentes das IPSS.

Nesse sentido, e no âmbito da mesa negocial que integra com outros sindicatos, a FENPROF aguarda pela primeira reunião de negociação com a CNIS, tendo em vista a revisão do CCT para 2026. ●





Professores contratados e desempregados



Eduardo Jordão | Dirigente SPGL

No dia 30 de setembro foi feito um plenário de professores contratados e desempregados online.

Para além da análise dos números da falta de professores, que o Ministério tanto se esforça em negar, foram vistas as alterações gravosas à legislação laboral e o modo como afetarão este setor. Foram também abordadas as novas e preocupantes competências da recém criada Agência para a Gestão do Sistema Educativo, nomeadamente a gestão de pessoal (porta aberta para a manutenção e agravamento da precariedade) e a possibilidade de canalizar dinheiros públicos para o privado, entre outras.

A questão mais levantada pelos colegas foi a do acesso à profissionalização. Continua a haver falta de vagas nos cursos de ensino e ainda não foi encontrada uma solução de profissionalização em serviço que possibilite o acesso à profissionalização aos colegas com habilitação própria que se vincularam no concurso externo extraordinário. Perante a abertura de um novo concurso extraordinário e com a falta de professores que existe, não se compreende a demora nestas soluções. ●

Condições de abertura do ano letivo

No dia 15 de setembro, teve lugar um Plenário Nacional, promovido pela FENPROF, em formato online.

No decorrer do plenário, com a apresentação dos Secretários-Gerais da FENPROF e a participação de centenas de activistas, delegados e dirigentes sindicais, foram abordados, entre outros aspetos, as medidas do governo para este ano letivo, a revisão das Leis Laborais, os riscos que ameaçam a Constituição e a Lei de Bases do Sistema Educativo, a necessidade de valorização da profissão docente e de revisão do ECD, os horários e condições de trabalho, bem como a reforma do Estado e os seus efeitos na Escola Pública e nos serviços públicos. ●

Intervenção do SPGL sobre o calendário escolar em Sintra

O SPGL tomou conhecimento do calendário escolar aprovado em alguns agrupamentos do concelho de Sintra alegadamente por indicação da autarquia e, não se compreende por que motivo a E. Pré-Escolar e o 1.º CEB dispõem apenas de dois dias para proceder às avaliações intercalares de novembro, enquanto os restantes níveis de ensino dispõem de três dias. De imediato solicitou clarificação desta situação às autoridades competentes, uma vez que o argumento invocado seria que o dia 29 de junho é feriado municipal e os docentes destes níveis de educação e ensino deveriam compensar em tempo de trabalho a prestar, o que é manifestamente ilegal.

A informação já recebida é de que o alegado calendário não foi aprovado pelos diretores dos AE de Sintra nem aceite pela C. M. Sintra e pela DGEstE. Foi com a intervenção do SPGL que tal discriminação não vai ocorrer, devendo os AE retificar o calendário escolar que foi indevidamente aprovado com argumentação ilegal. ●

SPGL reúne na SCML sobre a ESSAlcoitão

O SPGL reuniu, dia 30 de setembro, a seu pedido, com a direção da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) para analisar matérias relacionadas com a Escola Superior de Saúde do Alcoitão (ESSA). Em discussão estiveram, fundamentalmente, três assuntos:

1. Utilização de uma tabela salarial com valores inferiores aos praticados no ensino superior politécnico público;
2. Forma de aplicação do regime de dedicação exclusiva;
3. Problemas no processo de avaliação do desempenho dos docentes.

Relativamente ao ponto 1, o Diretor de Recursos Humanos informou que já haviam sido tomadas as diligências necessárias para corrigir as tabelas salariais em vigor na ESSA, de modo a adequá-las à tabela atualmente praticada no ensino superior politécnico público. Espera-se que as novas tabelas venham a ser aplicadas em breve. Quanto aos pontos 2 e 3, o SPGL apresentou as dúvidas e preocupações que lhe foram transmitidas pelos docentes. A SCML informou que a situação já está a ser analisada, na sequência da carta enviada pelo sindicato, prevendo-se uma nova reunião dentro de duas a três semanas para discutir estes assuntos com maior detalhe.

Foi ainda assegurado ao SPGL que a ESSA e a SCML têm como objetivo cumprir integralmente o disposto no Acordo de Empresa e nos diplomas legais que enquadram a atividade docente, designadamente o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) e o Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDSP). O SPGL continuará a acompanhar de perto o processo e voltará a dar novidades após a próxima reunião. ●



Dia Mundial do Professor

Para as organizações promotoras (UNESCO, UNICEF, OIT e Internacional da Educação), o Dia Mundial do Professor representa uma oportunidade para sublinhar a importância da profissão docente e a necessidade da sua dignificação, como condição essencial para a valorização da escola e da educação.

O lema escolhido pela Internacional da Educação para 2025 – «Unidos pelos Professores, Unidos pelo Futuro» – faz eco do Consenso de Santiago, saído da recente Cimeira da UNESCO sobre os Professores, onde se conclui que sem professores não há futuro e se apela a todos os governos e à comunidade internacional para que invistam nos docentes e os apoiem na criação de um futuro pacífico, justo e sustentável para todos.



O SPGL e a FENPROF celebraram o 5 de outubro, Dia Mundial do Professor, com uma ação de luta em Lisboa, no dia 4 de outubro, que implicou a realização de uma concentração e desfile, desde o Jardim do Arco do Cego até ao edifício sede da Presidência do Conselho de Ministros. Nesta ação professores, educadores e investigadores lembraram ao governo os compromissos assumidos internacionalmente, reclamaram uma vez mais a valorização da profissão docente e reafirmaram que a Educação não pode esperar!

Num contexto de ausência de respostas efetivas para a progressiva falta de professores – que em Portugal afeta já muitos milhares de alunos –, os professores portugueses voltam a juntar a sua voz à de muitos milhões de docentes que, em todo o mundo, não desistem de lutar por uma profissão docente com futuro e pelo direito a uma educação de qualidade para todos os seus alunos.

Pela Escola Pública, é urgente investir na Educação, é urgente valorizar a Profissão Docente!

Intervenção - Secretário-geral FENPROF, José F. Costa



«Vivemos um momento particularmente importante porque está em marcha um projeto que, se for concretizado, rapidamente destrói a Escola Pública, a Escola Pública que conhecemos, que ajudámos a construir, a Escola Pública que a Revolução de Abril permitiu (...)»

Intervenção - Secretário-geral FENPROF, Francisco Gonçalves



«O que interessa aos professor é também o que interessa aos alunos e é também o que interessa ao nosso país. Olhemos para o problema: à escola e aos alunos faltam professores; aos professores falta um estatuto de carreira que reconheça e valorize a profissão docente e o seu exercício (...)»

Intervenção - Manuela Mendonça, SN FENPROF e CE da IE



«Esta é uma comemoração que se realiza anualmente desde 1994 que é o ano seguinte ao da Internacional da Educação, de que a FENPROF é membro fundador e representa atualmente mais de 33 milhões de educadores e 180 países e territórios (...)»

Saudação - Secretário-geral CGTP-IN, Tiago Oliveira



«Em nome da CGTP-IN quero deixar uma forte saudação à vossa luta (...) Vamos continuar a lutar pela valorização da carreira docente, pela valorização da Escola Pública, pela valorização dos nossos alunos (...)»

Relação Professor-Aluno a Património da Humanidade!

Em 28 e 29 de agosto de 2025, realizou-se, em Santiago do Chile, a Cimeira Mundial da UNESCO sobre os Professores, para debater o futuro da profissão docente, perante a alarmante falta de professores qualificados.



O folheto em destaque foi distribuído pela Internacional da Educação (IE) na Cimeira Mundial, no seguimento das iniciativas que tem vindo a desenvolver junto da UNESCO, visando o reconhecimento da relação professor-aluno como património da humanidade. Graças ao trabalho da IE, cuja delegação a FENPROF integrou, foi possível incluir no Consenso de Santiago uma alínea que não constava na proposta inicial: «Apelamos igualmente à UNESCO e aos Estados-Membros para que reconheçam a relação professor-aluno como um património comum da humanidade e como um farol de relação num contexto de crescente transformação digital, que deve estar

ao serviço da humanidade, sem pôr em causa o papel essencial da socialização e da interação humana na educação» (ponto 3, alínea f).

Embora sabendo que há ainda muito a fazer para tornar esta recomendação realidade, o SPGL e a FENPROF congratulam-se com o avanço registado nesta cimeira, que representa um passo decisivo num caminho iniciado por Isabel Baptista (cf. a *Página da Educação*, n.º 211, 2018) e apoiado por António Nóvoa, cuja intervenção na cimeira de Santiago do Chile, enquanto membro da Comissão Internacional da UNESCO sobre os Futuros da Educação, em muito contribuiu para o resultado conseguido. Falta agora cumprir a recomendação!

Relação Professor-Aluno a Património da Humanidade!



Consulte a brochura

“O dia mais feliz”

25 de Abril em cartas dos avós para os netos

Lígia Calapez, Sofia Vilarigues | Jornalistas

A Associação de Pais da EB Sampaio Garrido, em Lisboa, decidiu assinalar os 50 anos do 25 de Abril envolvendo toda a comunidade escolar. Agora, o fruto desse trabalho ganhou expressão num livro muito particular, que reúne cartas dos avós para os netos, alunos da escola.

Neste processo, participou naturalmente a escola, mas também muitas famílias, avós e crianças, potenciando um enriquecedor aprendizado mútuo.



Como é que tudo começou? Que caminhos seguiu este processo?

Foi na praça em frente à escola, no mesmo local em que começaram a ser alinhadas as primeiras ideias para o projeto, que conversámos com Susana Ribeiro, presidente da Associação de Pais da EB Sampaio Garrido, e Ariana Couvinha, uma das ilustradoras do livro, mãe de duas crianças da escola. Tudo partiu de um desafio lançado às famílias da escola, refere Susana Ribeiro: pedir aos avós que escrevessem uma carta aos netos, contando como é que viveram o 25 de Abril.

À medida que se foram recebendo as cartas, “começámos a perceber que estávamos perante testemunhos muito diversificados”. Mais ainda: “fomo-nos apercebendo de que estávamos perante a última geração que podia partilhar um testemunho vivo daquilo que tinha sido o 25 de Abril”.

Ficou então decidido avançar para a

construção de um livro. Tarefa viabilizada também por se poder contar com a participação de pais artistas, designers, ilustradores e mesmo editores, o que permitiu orientar e concretizar a construção do livro. “O potencial humano, os recursos humanos estavam todos em casa. Estavam disponíveis”.

“O livro foi feito em total liberdade, desde a forma de escrever, desde como é que vamos editar, desde como é que vamos trabalhar os desenhos”, destaca Ariana Couvinha. Que salienta ainda o facto de “serem conteúdos muito diversos, da vida de qualquer pessoa, que teve uma vivência normal”. Uma ideia também valorizada por Susana Ribeiro: “Para além das grandes figuras históricas, havia toda uma população a viver aquela mesma data e eu acho que este livro é muito sobre isso.”

A escola sempre presente

Houve envolvimento da escola desde o início, diz-nos Susana Ribeiro. Foram os professores, naturalmente, que lançaram o desafio e recolheram as cartas.



Ariana Couvinha

E a cedência de espaços e de meios logísticos foi uma constante. “Sempre houve muito esse espírito de participação”.

Destaca-se, entretanto, um momento alto: a apresentação do projeto na escola, na semana do 1º de Maio e que envolveu uma exposição e a leitura das cartas.

“As crianças ficaram fascinadas”, diz Susana Ribeiro. “O 25 de Abril, a matéria do 25 de Abril eles nunca mais vão esquecer. Porque foi muito marcante”. Houve perguntas dos miúdos. Perguntas que revelam “que eles também cultivam o pensamento crítico quando lhes damos matéria para poderem pensar e questionar. E eu acho que isso foi um dos aspetos mais interessantes em relação aos miúdos, que é despertar esse lado crítico.”

E assim aconteceu um livro

São 52 cartas de avós aos seus netos. “Foi a escola toda. São 200 e tal famílias. Portanto, tivemos uma participa-

ção, enfim, de um quarto das famílias”, diz-nos Susana Ribeiro.

Cartas que contam histórias. De como era antes do 25 de Abril, da pobreza, do medo, da guerra. Do dia da Revolução e da felicidade. E do pós-Revolução, com as eleições e a Constituição. Histórias escritas na primeira pessoa, por quem as viveu.

Testemunhos de um avô Capitão de Abril, de outro que foi preso político, de quem desertou para não estar na guerra, do campo e da cidade.

O livro “O dia mais feliz”, conta com 11 ilustrações, de 10 ilustradores, “de estilos diferentes e abordagens diferentes”, diz-nos Ariana Couvinha. Tem um prefácio de Alberto Góis, artista plástico e professor na escola entre 1996 e 2023, e um posfácio de Ricardo Noronha, historiador e sócio da APEE da escola.

“É muito interessante toda esta experiência, porque eu acho que também foi uma descoberta para nós. E é uma descoberta para os miúdos porque es-

tão a dar essa matéria” e esta “é uma forma completamente diferente” de a ver, diz-nos Susana.

Fizeram a inscrição do livro para o Plano Nacional de Leitura. Enviaram-no para o Museu do Aljube, para o Museu de Peniche, vão entregar à Associação 25 de Abril. As bibliotecas todas do agrupamento já têm um exemplar e “o livro foi muito bem acolhido no agrupamento”, diz-nos Susana. Está nas bibliotecas municipais e pretende-se que esteja nas outras bibliotecas escolares.

O livro “é da comunidade para a comunidade e é isso que o torna especial”, conclui Susana.

A APEE da E.B. Sampaio Garrido disponibiliza um email para informações e partilhas em torno do livro: cartasdosavos.25abril@gmail.com ●

**Para ler excertos
das cartas dos avós**





Eduardo Jordão | Dirigente Sindical

a voz a quem entra

Rafael Covas tem 25 anos e defendeu no mês passado a sua tese de mestrado em História Contemporânea intitulada «O litoral norte de Moçambique e o milagre que não aconteceu - a incapacidade portuguesa de conquistar um território entre 1850-1900», lançando-se agora no mundo do ensino. Está a lecionar numa escola no Estoril, satisfazendo uma necessidade temporária.

Eduardo Jordão (EJ) — Estamos a celebrar os 50 anos da Constituição (1976). De que forma é que é abordada a Constituição e a sua importância no ensino público?

Rafael Covas (RC) — Na escola, pouco ou nada ouvi falar da Constituição dentro da sala de aula. A não ser quando se estudavam episódios de contestação ou de protesto, em que era lembrada a questão de ser um direito universal e gratuito, em particular dentro do que é a situação contemporânea e as lutas pela manutenção deste direito e das condições para o exercer. Referente ao papel constitucional, pouco ou nada era referido em aula por colegas ou professores, tendo em conta que o foco eram muitas vezes os programas e as avaliações. Estando no estatuto que estou, ou seja professor, denoto as mesmas realidades. As exigências dos programas muitas vezes não nos permitem

estender e dar a entender o contexto de séculos sobre a educação, sendo cronologicamente a área contemporânea lecionada nos finais dos programas. Este aspeto é fundamental porque frequentemente não nos permite dar a conhecer décadas de lutas e superações por aquilo que damos como garantido, mas que como qualquer direito pode ser prontamente removido.

EJ — A tua situação precária é também contrária ao espírito da Constituição. Quais são as maiores dificuldades por estares com um contrato temporário?

RC — Principalmente duas situações: Em primeiro lugar o controlo da turma, pois a questão do temporário pode afetar o comportamento dos alunos; em segundo, a instabilidade na vida profissional e pessoal, não sabendo a que momento poderei voltar ao desemprego. ●

O plano inclinado do Governo

Lídia Bôto | Advogada SPGL
Pedro Nunes | Dirigente do SPGL

A negociação coletiva é um dos pilares do Direito do Trabalho português. A Constituição da República, no seu artigo 56.º, reconhece-lhe dignidade constitucional e o Código do Trabalho regula a forma como os sindicatos e as associações de empregadores podem transformar essa autonomia coletiva em normas jurídicas concretas.

Nas últimas décadas, a negociação coletiva tem enfrentado em Portugal um processo de fragilização progressiva, marcado por reformas legislativas que, paulatinamente, têm enfraquecido o papel dos sindicatos e diminuído a efetividade das convenções coletivas de trabalho.

O anteprojeto do novo Código do Trabalho, atualmente em discussão, confirma essa tendência e aprofunda-a. Trata-se de um plano inclinado que compromete a autonomia coletiva e a relevância sindical, enfraquecendo os sindicatos, reduzindo o peso da negociação coletiva e desequilibrando a relação entre trabalhadores e empregadores.

Apesar de todas as dificuldades, a contratação coletiva de trabalho continua a ser o único instrumento capaz de assegurar aos trabalhadores benefícios reais, que ultrapassam a lei geral, e, sobretudo, capaz de permitir a valorização e a construção de uma carreira. Sem ela, a relação laboral reduz-se ao mínimo legal.

A experiência mostra que onde a negociação coletiva é robusta os trabalhadores dispõem de melhores salários, horários mais equilibrados, mecanismos de progressão profissional e garantias de proteção em momentos de crise. Ao contrário, onde ela é enfraquecida prevalecem a precariedade, a estagnação e o individualismo, beneficiando quase sempre o empregador.

É por isso que esta reforma deve ser analisada com prudência, pois o discurso da modernização não pode justificar o enfraquecimento dos direitos coletivos. Compete ao legislador reforçar o papel de representação e negociação dos sindicatos.

Portugal precisa de um direito coletivo forte, que continue a ser um instrumento de equilíbrio e justiça social. ●



Artigo completo

Professores, Educadores
e Investigadores

CONTRA O PACOTE LABORAL



Intervenção de Tiago Oliveira, SG CGTP-IN (20/09/2025)

Jornada Nacional de Luta Contra o Pacote Laboral



Tiago Oliveira | Secretário-Geral da CGTP

Caros camaradas e amigos,

Que grande acção, que grande momento de luta, que grande momento de afirmação dos trabalhadores! Estamos aqui hoje na Avenida da Liberdade e muitos milhares estiveram também de manhã no Porto, respondendo a este apelo da CGTP de irmos para a rua, de irmos lutar, rejeitar e exigir ao governo a retirada do pacote laboral, um dos maiores ataques feito aos trabalhadores. Estamos aqui a exigir que sejam revogadas as normas gravosas que já hoje marcam a legislação laboral e não a tornar ainda pior. (...)

As mais de 100 matérias que este governo do PSD e do CDS apresentam de revisão das leis do trabalho têm objectivos profundos. É um ajuste de contas.

Sobre a precariedade, o que este governo propõe é alargar os prazos dos contratos a termo e alargar os motivos que permitem às empresas recorrer a este tipo de contratação. Um dos motivos introduzido passaria a permitir às empresas contratar um trabalhador a prazo, por esse trabalhador nunca ter tido um vínculo de trabalho efectivo. Vocês estão a imaginar o que é isto? A possibilidade de manter um trabalhador, um jovem, com vínculo precário toda a sua vida?

Querem o fim da norma que impede as empresas de recorrerem à externalização de serviços durante 12 meses após terem efectuado um despedimento colectivo, para facilitar despedimentos abusivos e baixar salários e direitos.

Sobre os horários a proposta é introduzir novamente o banco de horas individual, duas horas diárias de trabalho de graça para os patrões. O banco de horas serve para isso, para porem os trabalhadores a trabalhar mais horas sem lhe pagarem o trabalho extraordinário. Querem introduzir o banco de horas individual e alargar e impor o banco de horas grupal porque sabem muito bem que os trabalhadores combateram e combatem o banco de horas nas empresas. Querem impor por via da lei o que não conseguiram fazer nos locais de trabalho.

Camaradas, nós sabemos bem que o trabalho é a centralidade de tudo. É no trabalho do trabalhador que está o ganho dos patrões. E isto só confirma o que a CGTP sempre tem dito, são os trabalhadores que tudo produzem, que tudo fazem acontecer. Ainda há pouco tempo os trabalhadores do comércio levaram à Assembleia da República uma discussão sobre o encerramento do comércio aos domingos, feriados e a limitação do horário até às 22h nos dias da semana. Foi reprovada. Sobre encerrar o comércio aos domingos e feriados não pode ser, o país pode vir abaixo, mas ter constantemente as urgências hospitalares encerradas por falta de profissionais não há problema nenhum, está tudo bem e recomenda-se. É preciso ter lata!

Mas eles querem ir mais longe. Querem facilitar ainda mais os despedimentos, querem retirar aos trabalhadores a possibilidade de se defenderem e

colocam em cima do trabalhador a responsabilidade de ter que se justificar e não a empresa a justificar o facto de estar a despedir o trabalhador. E mesmo depois disto ainda querem mais: se o trabalhador ganhar o processo em tribunal e o despedimento for ilegal, querem dar à empresa a possibilidade de não reintegração do trabalhador, de consumir o despedimento sem justa causa, mau demais!

Avançam com o ataque aos direitos das crianças, dos pais no acompanhamento dos filhos, aos direitos de maternidade e paternidade.

Mais, num profundo ataque à liberdade sindical, ao direito de informação e de organização, que revela, em toda a linha, qual é o verdadeiro objectivo deste governo ao avançar com esta revisão, querem colocar nas mãos dos patrões a possibilidade de aceitar ou não a entrada dos sindicatos nas empresas e nos locais de trabalho.

E se dúvidas existissem, fica tudo esclarecido quando falamos sobre a contratação colectiva. Querem que seja o patrão a decidir qual a convenção colectiva a aplicar na empresa. Nós sabemos bem o que isso significa. Visão retrograda de quem governa de um direito que é dos trabalhadores.

E sobre a caducidade mais uma machadada, querem que aquilo que é um passeio para os patrões passe a ser uma autêntica auto estrada. 4 anos de vigência, seguida da caducidade do contrato colectivo, ou mesmo antes.●

Intervenção completa





perguntas**com**resposta

A Componente Não Letiva de Estabelecimento (CNLE), legalmente regulamentada pelo artigo 82.º do ECD, sempre levantou questões quanto à sua operacionalização. O artigo 82.º do ECD define as atividades que integram a CNLE, distinguindo-as da componente letiva (CL) e da componente não letiva de trabalho individual. A CNLE destina-se a tarefas de natureza organizativa, formativa e de acompanhamento e de apoio educativo, diretamente ligadas ao funcionamento da escola e ao desenvolvimento do projeto educativo.

PERGUNTA 1

Os apoios educativos a mais que um aluno ou a grupos de alunos podem ser CNLE?

Não. De acordo com o artigo 82.º do ECD e com as orientações do MECI,

os apoios educativos, ainda que destinados a pequenos grupos, integram-se na componente letiva, por se tratar de trabalho docente com os alunos no âmbito da aprendizagem. Apenas o apoio educativo individual a alunos com dificuldades de aprendizagem, de acordo com a alínea m) do número 3 do presente artigo, reforçado pela NI 23/2025 da DGAE, de 29 de julho de 2025, no número 3 alínea F, onde se pode ler “apoio educativo individualizado (apenas e só 1 aluno)”, pode ser incluído na CNLE.

PERGUNTA 2

As coadjuvações podem integrar a CNLE?

Não. As coadjuvações constituem igualmente atividade letiva, sendo desenvolvidas em articulação com outro docente, pelo que pertencem à componente letiva. Não é admissível a sua integração na CNLE.

PERGUNTA 3

Os clubes e ateliês de caráter pedagógico e formativo podem ser incluídos na CNLE?

Sim. Os clubes e ateliês de caráter pedagógico e formativo, por se tratarem de atividades de enriquecimento educativo e de dinamização da vida escolar, podem ser enquadrados na CNLE, nos termos do artigo 82.º do ECD e das orientações do MECI

Nota final

As reduções da CL ao abrigo do artigo 79.º do ECD, revertem obrigatoriamente para a CNLE, reforçando o papel desta componente como espaço para atividades de apoio, acompanhamento e dinamização pedagógica e organizativa na escola.●

Elisabete Zagalo | Dirigente SPGL

legislação



I Série

Decreto-Lei n.º 95/2025

Regulamenta a Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro, que aprova o Estatuto do Aluno e Ética Escolar, restringindo a utilização de dispositivos eletrónicos de comunicação móvel com acesso à Internet no espaço escolar pelos alunos do 1.º e do 2.º ciclos do ensino básico.

Decreto-Lei n.º 99/2025

Cria a Agência para a Gestão do Sistema Educativo, I. P., e aprova a respetiva orgânica, e extingue o Instituto de Gestão Financeira da Educação, I. P., a Direção-Geral da

Administração Escolar e a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 127/2025

Aprova a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, enquanto referencial da componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento.

Decreto-Lei n.º 100/2025

Procede à extinção da Secretaria-Geral da Educação e Ciência.

Portaria n.º 296-A/2025/1

Aprova os Estatutos da Agência para a Gestão do Sistema Educativo, I. P.

Decreto-Lei n.º 104/2025

Extingue, por fusão, a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. P.

Decreto-Lei n.º 105/2025

Cria o Instituto de Educação, Qualidade e Avaliação, I. P., e aprova a respetiva orgânica e extingue o Instituto de Avaliação Educativa, I. P., a Direção-Geral da Educação, a Estrutura

de Missão do Plano Nacional de Leitura e o Gabinete Coordenador da Rede de Bibliotecas Escolares.

Decreto-Lei n.º 108/2025

Estabelece o regime aplicável ao concurso externo extraordinário de seleção e de recrutamento do pessoal docente, a realizar no ano letivo de 2025-2026, e altera os regimes do apoio à deslocação para docentes e de outras medidas excecionais e temporárias na área da educação.

Decreto-Lei n.º 109/2025

Cria o Instituto para o Ensino Superior, I. P., e aprova a respetiva orgânica, e extingue a Direção-Geral do Ensino Superior e a Agência Nacional Erasmus+ Educação e Formação.

II Série

Despacho n.º 9941/2025

Aprova as redes de cursos do ensino português no estrangeiro da educação pré-

Agressões a docentes, a responsabilidade civil



Virgílio Teixeira | Advogado

A finalizar a abordagem jurídica do problema das agressões aos docentes, apresento a responsabilidade civil pela ocorrência de tais factos ilícitos.

O brocardo *neminem laedere*, que em tradução livre significa não lesar ninguém, exprime o dever geral de não causar dano injusto a outrem e a obrigação de reparar os danos causados. Assim, a responsabilidade civil por factos ilícitos consiste no dever de reparar os danos causados a outrem através de um comportamento contrário ao direito e o seu regime jurídico encontra-se estipulado nos artigos 483.º a 498.º do Código Civil.

Para que exista o dever de indemnizar a Lei obriga ao preenchimento dos seguintes pressupostos: 1) a existência de um facto, que pode ser uma ação ou omissão voluntária de uma pessoa; 2) a ilicitude de tal facto, enquanto conduta contrária ao direito, violadora de uma norma ou de direitos subjetivos de terceiros; 3) a existência de culpa, compreendida como a censurabilidade do comportamento do agente - que pode ser dolo, quando existe intenção no resultado, ou negligência, que ocorre nos casos de imprudência, imperícia ou falta de cuidado; 4) a concretização de um dano sofrido pela vítima, que

pode ser patrimonial ou não patrimonial e 5) a existência de nexo de causalidade entre o facto e o dano. Ou seja, a existência de uma relação de causa/efeito entre o facto ilícito e o dano.

Neste quadro, quem causa um dano ilícito a outrem deve indemnizar a vítima. Nos casos em que o agente for menor de idade, como sucede frequentemente nas agressões sofridas pelos docentes, a responsabilidade de indemnizar pelos danos causados recai sobre os pais, conforme estipulado no artigo 491.º do Código.

Por seu turno, a agressão física configura sempre um ato ilícito, na medida em que viola o direito à integridade física da vítima, por regra é intencional, o que implica a existência de dolo. A vítima tem direito a ser indemnizada por danos patrimoniais (despesas médicas, perda de rendimentos, etc.), mas, também, por danos não patrimoniais (dor, sofrimento, humilhação). Em suma, as agressões perpetradas contra docentes são atos ilícitos, que para além da responsabilidade penal e disciplinar, também criam a obrigação do agressor indemnizar a vítima pelos danos causados. Quando o agressor é menor de idade esta responsabilidade civil é, em princípio, assumida pelos pais. ●

escolar e dos ensinos básico e secundário, para o ano letivo de 2025-2026, e do Ensino superior e organismos internacionais, para o ano letivo de 2025-2026 e 2026.

Despacho n.º 9989/2025

Altera o Despacho n.º 8368/2024, de 25 de julho, que estabelece o calendário escolar relativo aos anos letivos de 2024-2025 a 2027-2028 destinado aos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, bem como aos estabelecimentos particulares de ensino especial.

Portaria n.º 485-A/2025/2

Regula os procedimentos relativos à integração dos técnicos superiores doutorados na carreira especial de investigação científica, nos termos do Regime transitório da carreira de investigação científica, constante do anexo III à Lei n.º 55/2025, de 28 de abril.

Despacho n.º 10637-A/2025

Homologa as Aprendizagens Essenciais da componente curricular/disciplina de Cidadania e Desenvolvimento.

Despacho n.º 11200-A/2025

Procede à definição dos quadros de zona pedagógica considerados carenciados, para

o ano letivo de 2025-2026, nos termos do Decreto-Lei n.º 51/2024, de 28 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 108/2025, de 19 de setembro.

Despacho n.º 11297/2025

Cria um grupo de trabalho para definição de requisitos e procedimentos para obtenção de habilitação própria para a docência nos ensinos básico e secundário aos titulares de cursos conferentes de grau académico de licenciatura ou superior, obtidos ao abrigo dos regimes pré-Bolonha e pós-Bolonha. ●



7.ª Corrida Nacional do Professor e da Educação

A Federação Nacional dos Professores (FENPROF), em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa e com a Associação de Atletismo de Lisboa, leva a efeito a organização da 7.ª Corrida Nacional do Professor e da Educação, no dia 19 de Outubro de 2025.

Este evento conta com um programa abrangente constituído por:

- uma prova de 10 km, de carácter competitivo,
- uma prova de 5 km, de carácter participativo, na qual se pode correr ou caminhar,
- corrida Novas Gerações even-

to desportivo para os mais novos (dos 7 aos 15 anos de idade).

Local

Na zona de Belém, com partida da Avenida Brasília, em frente à Praça do Império, junto ao Centro Cultural de Belém; vai ao viaduto de Algés, retorna, vai ao viaduto de Alcântara, retorna e termina na Praça do Império.

Âmbito

A 7.ª Corrida Nacional do Professor e da Educação (prova de 10 km) é uma prova aberta a todos os interessados, de ambos os sexos e de acordo com os escalões etários definidos no ponto 1 do artigo 4.º, bem como a pessoas que se deslocam em cadeira

de rodas.

A Caminhada de 5 km é uma prova sem carácter competitivo, aberta a todos os interessados, sem distinção de idade ou sexo.

A Corrida Novas Gerações será um evento desportivo, com carácter competitivo, sendo atribuído troféus aos três primeiros classificados de cada escalão e género. Será composta por quatro partidas, por escalões, conforme artigo 4.ª. Todos os participantes receberão uma medalha de participação no final da prova.

Para mais informações:

<https://www.spgl.pt/18-de-outubro-de-2025-7-a-corrída-na-cional-do-professor-e-da-educacao-inscricoes-abertas> ●



A cultura precisa que o JL não desapareça

Os últimos dias deste mês de setembro acenderam algumas

esperanças: José Carlos Vasconcelos, o diretor do Jornal de Letras, Artes e Ideias, que nos habituamos a chamar apenas JL, manifestou junto dos responsáveis pela insolvência do Trust in News a vontade de comprar o título do JL de modo a garantir a sua continuidade. Uma vontade que merece ser apoiada. Um projeto que não se baseia em interesses económicos mas na defesa dos valores de uma cultura democrática,

humanizante, crítica do presente e aberta ao futuro.

Ao longo dos seus 45 anos, o Jornal de Letras foi companheiro de muitos professores e ferramenta de trabalho em muitas escolas; foi sinal de uma comunidade que não desiste de pensar, de criar, de se estudar criticamente.

Foi. É preciso que continue a ser. ●

António Avelãs | Dirigente SPGL

Decreto-Lei 86-A/2025

O Decreto-Lei n.º 86-A/2025, de 18 de julho cria um “suplemento extraordinário de pensão, prestação de concessão única...” destinado aos pensionistas cujo montante global de pensão seja igual ou inferior ao valor de 3 IAS (Indexante dos Apoios Sociais), ou seja €1567,50.

O valor do suplemento depende do montante global de pensão que cada pensionista recebe, do seguinte modo:

- 200€ para pensionistas com pensões de valor igual ou inferior a €522,50;
- 150€ para pensionistas com pensões de valor superior a €522,50 e igual ou inferior a €1045,00;
- 100€ para pensionistas com pensões de valor superior a €1045,00 e igual ou inferior a €1567,50.

Consideramos que este suplemento extraordinário, embora represente um temporário alívio para os pensionistas que se debatem com uma permanente insuficiência de rendimentos, não vai alterar significativamente e de modo permanente os seus rendimentos nem abrange os pensionistas no geral.

«De facto, este suplemento extraordinário, em tudo semelhante ao que foi pago no ano passado, não vai compensar minimamente as perdas sofridas pelos pensionistas ao longo de vários anos, primeiro com a estagnação dos montantes das respetivas pensões devido à sua não atualização e depois com a subida exponencial da inflação, nem alterar o baixo nível geral das pensões, tendo em conta nomeadamente que este suplemento, sendo extraordinário, não vai integrar o valor das pensões e assim não con-

tará para futuras atualizações». (cf. Ofício Circular n.º 151/25 SSPS/EC/CGTP-IN Lisboa, 23-07-2025).

Para proporcionar aos aposentados, reformados, e pensionistas a vida digna que merecem após anos e anos de trabalho, exigimos a valorização das pensões, procedendo à revisão da legislação e à sua atualização anual, tendo em conta o valor da inflação e do poder de compra. ●



Visita cultural ao Seixal

No dia 9 de outubro realizamos um passeio Cultural ao Seixal que inclui um Passeio de barco no Tejo a bordo de embarcação tradicional e visitas à Quinta da Fidalga, à Oficina de Artes Manuel Gargaleiro, ao Centro Internacional de Medalha Contemporânea e ao «Fluxo Contínuo» das esculturas do artista Ticiano Rottenstein.

As visitas foram acompanhadas pelo Gabinete de Turismo e pelo Serviço Educativo de Arte Contemporânea do Município. ●



Visita cultural a Alcanena e Minde

O Departamento de Docentes Aposentados do SPGL, de entre outras iniciativas, programa visitas de 2 ou 3 dias para irmos conhecendo melhor o nosso país.

Foi assim que iniciámos o novo ano com uma visita cultural a Alcanena e Minde. Esta visita foi-nos proposta por uma sócia residente em Alcanena.

Começámos pelo Museu Municipal de Alcanena, que completa um ano dia 4 de outubro. Estrutura-se em três coleções distintas: Arqueologia, com achados do território, desde o Paleolítico até à Idade Moderna; História Local, de carácter etnográfico, que contempla peças desde os carris da “Rata Cega”, comboio existente em Alcanena nos finais do século XIX, a utensílios de fição provenientes de Minde e curtumes, única no país, que tem uma exposição permanente com um bom espólio industrial.

Depois do almoço visitámos a nascente do rio Alviela – Olhos de Água – e o Centro de Ciência Viva do Alviela – Carsoscópio. A visita contemplou três aspetos – Geódromo – Carso – Quirop-tário.

Em Minde visitámos o CAORG – Centro de Artes e Ofícios Roque Gameiro, numa iniciativa dinamizada pela sua Diretora Maria Alzira Roque Gameiro e respetiva equipa. Visitámos o atelier de tecelagem, um dos 8 pólos do Centro dedicado à confecção das mantas de Minde, as únicas feitas em tear manual.

Junto ao painel explicativo da Grande Rota do Carso, no alto do Arrife na serra de Aire, a Dra. Alzira surpreendeu-nos com uma “grande lição” acerca do Maciço Calcário Estremenho e o Polje de Mira-Minde.

Tivemos ainda uma aula de mindérico, língua própria, desenvolvida pelos feirantes e visita orientada ao Museu de Aguarela Roque Gameiro.

Terminámos com um momento de convívio no agradável espaço do jardim da Casa, onde nos foi servido café acompanhado pelas “rocas”, especialidade da terra. ●



Museu Nacional de Etnologia

Visita gratuita

15 de outubro, às 14h30, acompanhada pela Dra. Isabel Castro Henriques
Desconstruir o Colonialismo, Descolonizar o Imaginário. O Colonialismo em África: Mitos e Realidades

A exposição, organizada pelo Centro de Estudos Sobre África e Desenvolvimento (CESA/ISEG-Universidade de Lisboa) e pelo Museu Nacional de Etnologia (MNE), é comissariada por Isabel Castro Henriques e realiza-se no âmbito das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril.

Esta mostra visa apresentar as linhas de força do colonialismo português em África nos séculos XIX e XX e tem como objetivos desconstruir os mitos criados pela ideologia colonial, descolonizar os imaginários portugueses e contribuir, de forma pedagógica e acessível, para uma renovação do conhecimento sobre a questão colonial portuguesa.

Organiza-se em torno de textos e imagens que procuram explicar historicamente o fe-

nómeno colonial. Apresenta também uma seleção de objetos de arte africana do MNE, que evidenciam a força política e criativa das culturas africanas e contradizem as narrativas depreciativas europeias relativas à África, assim como

obras de arte africana contemporânea dos artistas Lívio de Moraes, Hilaire Balu Kuyangiko e Mónica de Miranda.●

Inscrições até 10 de outubro para isabelgasparg@gmail.com



«Guardadoras de Histórias, Guardiãs da Palavra» «Semear Resistências, Cultivar Utopias», no Museu do Aljube

«Guardadoras de Histórias, Guardiãs da Palavra». É o título do documentário que irá ser projetado, dia 4 de novembro, no Auditório do Museu do Aljube Resistência e Liberdade.

O evento conta com a presença de Raquel Freire, realizadora do documentário e Margarida Rendeiro (CHAM – Centro de Humanidades / NOVA FCSH), Investigadora Responsável do projeto WOMEN-LIT.

Trata-se de um «documentário que dá voz a escritoras de várias gerações, dos países do Atlântico afro-luso-brasileiro, que nos falam de criação, memórias, periferias e resistências literárias e culturais. É uma roda de conversa de escritoras sobre a criação e o mundo.» (cf. Sinopse).

A projeção tem lugar no âmbito do Olhares do Mediterrâneo – Women's Film Festival, um festival internacional de cinema e cultura que promove a exibição de filmes realizados por mulheres portuguesas e dos países do Mediterrâneo. Fundado em 2014, é o mais antigo festival em Portugal dedicado à cinematografia feminina e o único focado na produção dos países mediterrânicos, abrangendo o Sul da Europa, o Norte de África, parte dos Balcãs e Médio Oriente.

A 12.^a edição do Festival, cujo tema é «Semear Resistências, Cultivar Utopias», decorre de 28 de outubro a 6 de novembro no Cinema São Jorge, a Cinemateca Portuguesa, o Museu do Aljube, a Casa do Comum, o ISCTE-IUL e o Goethe-Institut Portugal. ●



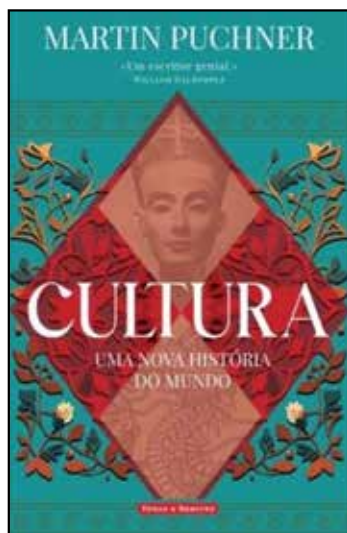
Ana Cristina Gouveia | Espaço ABC

Exposição de pintura de António Caeiro

Inaugurada no Espaço ABC, no dia 18 de setembro de 2025, pelas 18 horas, a Exposição de António Caeiro «Caminhos de Papel: Fragmentos» pretende, nas palavras do próprio artista ser «um convite à contemplação da complexidade da vida contemporânea através do gesto simples e profundo de recortar e colar - onde cada fragmento contém o potencial de uma nova história». Esta exposição estará patente até ao dia 6 de novembro de 2025 e aguarda a sua visita. ●



sugestões



“Cultura, uma nova história do mundo”

Martin Puchner

Temas e Debates

“O que importa muito mais do que o lugar de onde uma coisa vem é o que fazemos com essa coisa. A cultura é um gigantesco projeto de reciclagem, e nós somos apenas os intermediários que preservam os seus vestígios para mais um novo uso. Ninguém é dono da cultura; limitamo-nos a passá-la para a geração seguinte”.

“A cultura prospera no sincretismo, não na depuração, aproveitando outras formas de expressão cultural em vez de as afastar”.

Estas algumas expressões que o autor de “Cultura” utiliza para explicitar a linha de pensamento que atravessa uma obra que, reunindo figuras e histórias muitas vezes desconhecidas, percorre caminhos que incluem, desde os eruditos árabes e persas que traduziram a filosofia grega a escribas, professores e artistas que foram buscar inspiração muito além da sua própria cultura.

É uma história de compromissos, conexões surpreendentes e influências subterrâneas. Uma história que – alerta o autor – nem sempre é bonita. “Mas é a única que temos, a história dos humanos como uma espécie produtora de cultura. A história de todos nós”.

Uma ode ao contacto e mistura de culturas, particularmente pertinente num momento em que há quem aposte no aprofundamento de clivagens culturais. Por razões que nada têm a ver com cultura.●

Lígia Calapez



PRÉ-AVISO GREVE NACIONAL



Pré-Aviso de Greve Nacional de Professores, Educadores e Investigadores das zero horas às vinte e quatro horas de 24 de outubro de 2025

Os/as Professores/as, os/as Educadores/as e os/as Investigadores/as exigem o adequado investimento nos serviços públicos e a valorização e melhoria das condições de trabalho dos seus trabalhadores e profissionais. A proposta de um aumento salarial e a manutenção dos valores atuais, no que diz respeito a outras prestações pecuniárias, nomeadamente, o subsídio de refeição, e o que já se conhece no OE para 2026, não responde às necessidades e reivindicações dos docentes e investigadores, anunciando a continuação da política de desresponsabilização do Estado e de degradação das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores da Administração Pública. Na área da Educação, bem como na Ciência exige-se uma alteração deste rumo de desvalorização e de adiamento do necessário investimento: é urgente que assim seja.

Assim, os/as Professores/as, os/as Educadores/as e os/as Investigadores/as lutam por:

- Aumento real dos salários;
- Carreiras dignas e valorizadas;
- Valorização da Escola Pública e de todos os Serviços Públicos;
- Medidas estruturais para enfrentar a escassez de docentes que os governos deixaram instalar-se;
- Horários e condições de trabalho justos e legais;
- Avaliação do desempenho justa e sem barreiras artificiais à progressão;
- Resolução da precariedade laboral que continua a ser endémica em setores como o da investigação;
- Aposentação justa e em tempo útil.

Pelos motivos que acima se explicitam, a FENPROF decidiu convocar greve nacional de professores, educadores e investigadores para o dia 24 de outubro de 2025, entre as zero e as 24 horas, convergindo com as demais organizações sindicais representativas de trabalhadores da administração pública no âmbito da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública. Esta greve incide sobre todo o serviço distribuído nesse dia. Os docentes e investigadores que adiram à greve não terão de comunicar previamente, nem em qualquer outro momento, a qualquer entidade a sua decisão.

Este pré-aviso respeita o disposto no artigo 57.º da Constituição da República Portuguesa, os termos do artigo 530.º e seguintes do Código do Trabalho e também os artigos 394.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho. Este pré-aviso abrange todos os Educadores de Infância, Professores do Ensino Básico e, do Ensino Secundário, e do Ensino Superior e os Investigadores que exercem a sua atividade em serviços públicos ou de natureza social em todo o território nacional ou no Ensino Português no Estrangeiro.

Para os devidos efeitos legais, caso os membros dos órgãos de gestão das escolas, no uso dos seus direitos, adiram a esta greve, ficará responsável pela segurança do edifício e de todas as pessoas que nele permaneçam o docente do quadro de nomeação definitiva mais antigo da escola ou do agrupamento que não se encontre em greve.

Não há necessidade, nem lugar, à fixação de serviços mínimos.

Lisboa, 13 de outubro de 2025

Pel' O Secretariado Nacional da FENPROF

José Feliciano Costa
(Secretário-geral)

Francisco Gonçalves
(Secretário-geral)

Pré-Aviso completo



GREVE Nacional

dos Professores e Educadores
e toda a Administração Pública

24 OUT

- ▶ Aumento real dos salários
- ▶ Carreiras dignas e valorizadas
- ▶ Valorização da Escola Pública e de todos os Serviços Públicos
- ▶ Horários e condições de trabalho legais
- ▶ Avaliação do desempenho justa e sem barreiras artificiais
- ▶ Aposentação justa e em tempo útil



SPGL
Sindicato dos Professores
da Grande Lisboa
membro da FENPROF

Sede
Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa
Tel: 213819100
Fax: 213819199
spgl@spgl.pt
Direção: spgldir@spgl.pt
www.spgl.pt

**Direção Regional
de Lisboa**

Rua Fialho de Almeida, 3 - 3.º
1070-128 Lisboa
Tel: 213819100
Fax: 213819199
drlisboa@spgl.pt

**Direção Regional
do Oeste**

Caldas da Rainha
Av. Eng.º Luís Paiva e Sousa,
4 B 2500-329
Caldas da Rainha
Tel: 262841065

Fax: 262844240
caldasrainha@spgl.pt
Torres Vedras
Bº Vila Morena, Ed. Sol
Jardim, Lj 3 - 2.º piso, Bl. 2
2560-619 Torres Vedras
Tel: 261311634
Fax: 261314906
torresvedras@spgl.pt

**Direção Regional
de Santarém**

Abrantes
Rua S. Domingos - Ed. S.
Domingos, 3º B 2200-397
Abrantes

Tel: 241365170
Fax: 241366493
abrantes@spgl.pt
Santarém
Rua Vasco da Gama,
16 J - 1.º Esq. 2000-232
Santarém
Tel: 243305790
Fax: 243333627
santarem@spgl.pt
Tomar
Av. Ângela Tamagnini,
n.º 28 r/c Esq.
2300-460 Tomar
Tel: 249316196
Fax: 249322656
tomar@spgl.pt

Torres Novas
R. Padre Diamantino
Martins, lote 4-Loja A
2350-569 Torres Novas
Tel: 249820734
Fax: 249824290
torresnovas@spgl.pt

**Direção Regional
de Setúbal**

Setúbal
Rua Dr. Alves da Fonseca,
5 - 2.º 2900-218 Setúbal
Tel: 265228778
Fax: 265525935
setubal@spgl.pt

Barreiro
Rua Marquês de Pombal, 40
- r/c 2830-336 Barreiro
Tel: 212079395
Fax: 212079368
barreiro@spgl.pt
Almada
R. D. Álvaro Abranches da
Câmara, n.º 42A
2800-015 Almada
Tel: 212761813
Fax: 212722865
almada@spgl.pt

www.spgl.pt



MARCHA NACIONAL CONTRA O PACOTE LABORAL



8
NOV.

14H30

TODOS A LISBOA



WWW.CGTP.PT